

VII fórum  **Brasil**

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: A BUSCA DA EFICIÊNCIA

Brasília, 12 de abril de 2011

OBJETIVOS

- Discutir os problemas relacionados ao licenciamento ambiental de empreendimentos;
- Avaliar o cumprimento dos prazos de emissão de licenças de empreendimentos de energia;
- Apresentar alternativas para aprimorar o licenciamento ambiental e evitar interferências no processo.

“QUAL O PRINCIPAL PROBLEMA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL?”

Esta questão foi enviada para 100 profissionais (empresários, consultores, advogados e especialistas da área) com experiência no licenciamento ambiental de empreendimentos de energia. As respostas não estão classificadas em ordem de importância, não houve nenhum tratamento estatístico e foram identificados 25 problemas principais, organizados em 4 temas:

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

- a falta de qualidade dos projetos;
- a falta de qualidade dos estudos ambientais;
- a falta de uma avaliação global do processo em detrimento de análises pontuais e isoladas;
- os custos elevados para cumprimento de algumas exigências;
- a atribuição aos empreendedores de obrigações sociais do Estado.

“QUAL O PRINCIPAL PROBLEMA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL?”

Esta questão foi enviada para 100 profissionais (empresários, consultores, advogados e especialistas da área) com experiência no licenciamento ambiental de empreendimentos de energia. As respostas não estão classificadas em ordem de importância, não houve nenhum tratamento estatístico e foram identificados 25 problemas principais, organizados em 4 temas:

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

- a ausência de definição de competências;
- a subjetividade dos critérios, normas e da própria legislação;
- a quantidade excessiva e a dispersão das normas legais;
- os riscos que correm os técnicos ambientais ao analisarem um processo;
- a insegurança jurídica dos empresários;
- a possibilidade de revogação das licenças;
- o Ministério Público.

“QUAL O PRINCIPAL PROBLEMA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL?”

Esta questão foi enviada para 100 profissionais (empresários, consultores, advogados e especialistas da área) com experiência no licenciamento ambiental de empreendimentos de energia. As respostas não estão classificadas em ordem de importância, não houve nenhum tratamento estatístico e foram identificados 25 problemas principais, organizados em 4 temas:

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

- a inexperiência das equipes técnicas avaliadoras;
- os baixos salários das equipes avaliadoras;
- a dificuldade de obtenção das declarações solicitadas pelos órgãos ambientais;
- a falta de fiscalização dos empreendimentos após a emissão das licenças;
- a ideologia ambiental, preservação a qualquer custo.

“QUAL O PRINCIPAL PROBLEMA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL?”

Esta questão foi enviada para 100 profissionais (empresários, consultores, advogados e especialistas da área) com experiência no licenciamento ambiental de empreendimentos de energia. As respostas não estão classificadas em ordem de importância, não houve nenhum tratamento estatístico e foram identificados 25 problemas principais, organizados em 4 temas:

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

- os termos de referência impraticáveis e pouco claros;
- a falta de transparência nos processos;
- a falta de diálogo e acordo entre os atores envolvidos no licenciamento;
- a imprevisibilidades dos processos;
- a lentidão e burocracia dos processos e imprevisibilidade dos prazos;
- a documentação complicada;
- a demora para vistorias;
- a dificuldade para renovação de licenças.



LICENCIAMENTO AMBIENTAL: A BUSCA DA EFICIÊNCIA

PARTICIPANTES

Sidney Rezende

Moderador

Francisco Romário Wojcicki

Ministério das Minas e Energia

Secretário-Executivo Adjunto

Raul Telles do Valle

Instituto Socioambiental

Coordenador de Política e Direito

Roberto Messias Franco

Consultor Independente

Evandro Leite Vasconcelos

Light

Diretor de Energia

Garo Batmanian

Banco Mundial

Coordenador de Programas



MARCOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1972	1973	1981	1986	1987	1988	1989
Criação do PNUMA	Criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente -SEMA	Instituição do Licenciamento Ambiental Lei 6.938/91	Definição de Regras para Elaboração de EIA	Definição de Procedimentos para o Licenciamento Ambiental e Audiência Pública	Inclusão de Capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição	Criação do Ibama

Antes de 1972

- Código de Caça e Pesca – 1934
- Código Florestal – 1934
- Código de Minas – 1934
- Código das Águas – 1934
- Proteção do Patrimônio Histórico – 1937



DIAGNÓSTICO

1. Planejamento da Infra-estrutura

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

1.1 Falta de planejamento integrado entre o setor econômico e socioambiental

Não existe planejamento territorial integrado que considere os aspectos físicos, bióticos, sociais e econômicos de cada região do país.

1.2 Licenciamento não integrado de obras de geração e transmissão

As linhas de transmissão associadas a obras de geração formam um conjunto indissociável, mas não têm sido objeto de licenciamento integrado.

1.3 Exigências impraticáveis para estudos do meio biótico de linhas de transmissão

Os termos de referência para elaboração de estudos de impacto ambiental de linhas de transmissão exigem dados primários e detalhados de fauna.

São exigidos, para linhas de transmissão, documentos e metodologias de estudos de fauna desnecessários, como por exemplo os procedimentos definidos na Instrução Normativa Ibama 146/2007.



DIAGNÓSTICO

2. Legislação

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

2.1 Divergências nas competências dos responsáveis pelo licenciamento

Entre 1997 e 2004, segundo o Banco Mundial, 1/3 dos empreendimentos hidroelétricos* no país tiveram que transferir seus processos de licenciamento ambiental de um órgão estadual para o órgão federal – Ibama. Observa-se uma tendência de centralizar o licenciamento ambiental no âmbito federal quando houver problemas de interpretação da norma.

2.2 Falta de objetividade das audiências públicas

As audiências públicas tornaram-se reuniões políticas, onde se discutem assuntos que não são pertinentes ao projeto ou onde se assiste à confrontação entre participantes que são, desde antes da própria audiência, contra ou a favor do empreendimento.

Esta falta de objetividade acaba desvirtuando o real objetivo das audiências públicas.

Nota: * de um total de 35 empreendimentos.



DIAGNÓSTICO

2. Legislação

2.3 Divergências na interpretação de normas e procedimentos

Alguns termos em normas legais não são claros e permitem diferentes interpretações. No caso do licenciamento, isto pode comprometer seriamente a implantação de um empreendimento.

A falta de clareza de normas e procedimentos promove a judicialização dos processos de licenciamento ambiental. Pelo menos 1/3 dos empreendimentos* de geração de energia elétrica foram questionados judicialmente no período de 1998 – 2010.

Isto torna o processo de licenciamento ambiental imprevisível.

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

Nota: * de um total de 113 empreendimentos.



DIAGNÓSTICO

3. Estrutura

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

3.1 Despreparo e desarticulação da equipe técnica

A permanência média dos técnicos concursados na Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama é inferior a dois anos. São raros os casos de bons técnicos que permanecem (salário e plano de carreira inferiores aos de outros organismos).

Exemplo: O salário ofertado aos analistas da Agência Nacional de Águas (ANA), vinculada ao mesmo Ministério do Meio Ambiente, é o dobro do oferecido aos analistas do Ibama.

3.2 Falta articulação, interatividade e cooperação entre os órgãos públicos envolvidos no processo de licenciamento ambiental

Falta articulação, interatividade e cooperação entre os órgãos públicos envolvidos no processo de licenciamento ambiental como: Agência Nacional de Águas (ANA), Órgãos Estaduais, Instituto Chico Mendes, Funai, Iphan e Inbra.

Não estão definidas as reais atribuições destes órgãos no processo de licenciamento ambiental, causando debates intermináveis que provocam atrasos e interpretações equivocadas.



DIAGNÓSTICO

3. Estrutura

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

3.3 Emissão das licenças não colegiada

A responsabilidade pela concessão das licenças ambientais é atribuída: a) à equipe técnica; b) a coordenações específicas e; c) em última instância, ao dirigente do órgão ambiental.

3.4 Prazos não cumpridos

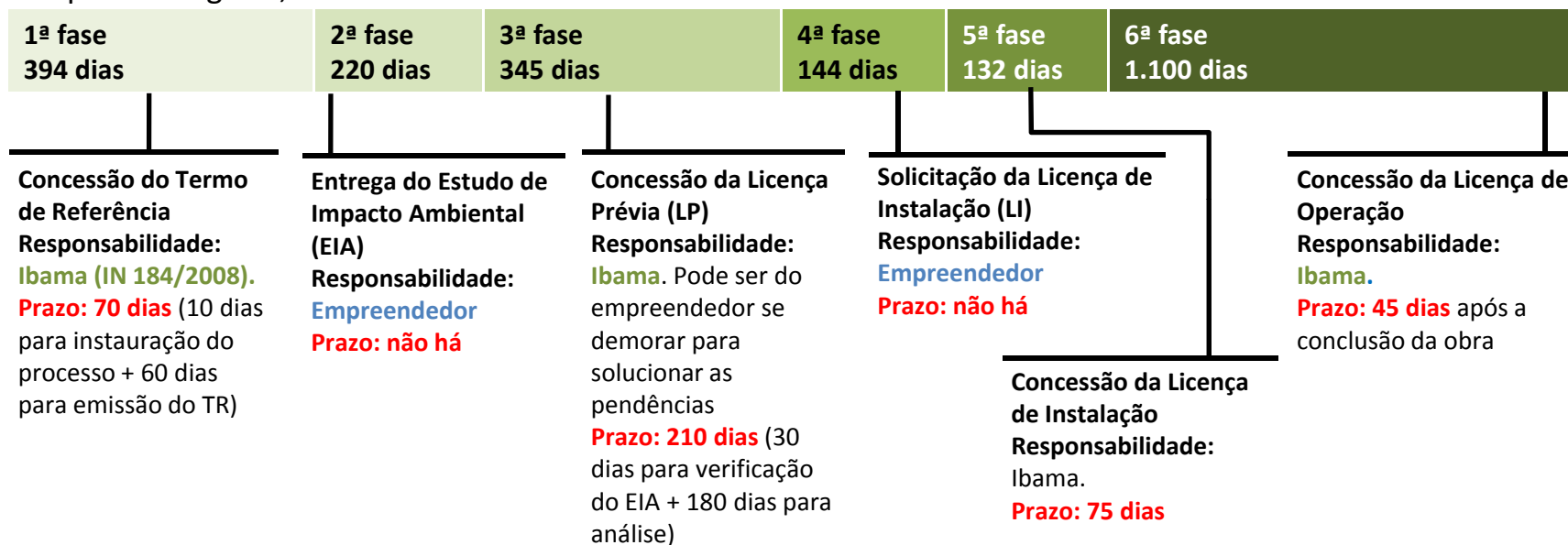
Os prazos previstos para o licenciamento ambiental de empreendimentos não são cumpridos, o que provoca pressões por parte de empreendedores. A obtenção das licenças passa a ser motivo de fortes desavenças entre os órgãos licenciadores e os empreendedores.

As trocas públicas de acusações e denúncias só agravam as tensões e desqualificam o processo.

TEMPO PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Tempo médio gasto, em dias

Total 2.335 dias



Licença Prévia: Aprova a localização e a concepção do empreendimento. Atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidas nas fases seguintes.

Licença de Instalação: Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações dos planos, liberando o início das obras.

Licença de Operação: Autoriza o início da atividade após verificação do cumprimento das exigências das licenças anteriores.



DIAGNÓSTICO

4. Processo

Planejamento

Legislação

Estrutura

Processo

4.1 Termos de Referência impraticáveis ou dúbios

Os Termos de Referência apresentam exigências desproporcionais em relação ao que podem trazer como elementos para julgar a viabilidade ambiental do empreendimento.

4.2 Baixa qualidade dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs)

O baixo nível técnico dos estudos de impacto ambiental, que são devolvidos para complementações em muitos casos elementares, é um fator que dificulta o andamento das análises e gera desconfiança quanto ao cumprimento das condicionantes e recomendações feitas para o empreendimento.

O Estudo de Impacto Ambiental não é visto como um estudo prévio que irá garantir a sustentabilidade do empreendimento, mas, sim, como um obstáculo burocrático a ser superado.



PROPOSTAS

Planejamento

- A. Incorporar os instrumentos de planejamento ao processo de licenciamento ambiental
- B. Estabelecer a obrigatoriedade da obtenção das Licenças Prévias antes de leilões de linhas de transmissão

Legislação

- C. Definir as competências para o licenciamento ambiental
- D. Definir o termo “significativo impacto ambiental”
- E. Definir o que efetivamente é “patrimônio espeleológico”
- F. Revisar o processo de licenciamento de empreendimentos de baixo impacto ambiental



PROPOSTAS

Estrutura

- F. Emitir licenças por decisões colegiadas do órgão licenciador. Ex. Aneel
- G. Estabelecer o Conselho de Governo para o Meio Ambiente
- H. Revisar a composição e o funcionamento do Conama
- I. Definir a atribuição do ICMBio em relação ao licenciamento ambiental

Processo

- J. Definir e disponibilizar Termos de Referência por Tipologia, Porte e Potencial de Impacto dos Empreendimentos
- K. Estabelecer reuniões entre o empreendedor e o órgão licenciador para acompanhamento do processo de licenciamento ambiental
- L. Criar um “Balcão Único” de licenciamento ambiental que estimulará a cooperação interdisciplinar e interinstitucional

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que visa a aumentar o grau de Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Para atingir este objetivo, adotamos a abordagem de Observatório do Setor Elétrico e estudamos as seguintes dimensões:

Para saber mais acesse
www.acendebrasil.com.br

